

## Registro de Qualificação de Especialista (RQE)

Após suados seis anos na graduação médica, aqueles aprovados fazem seu registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), uma autarquia federal, presente em todos os Estados da Federação. Com esse registro, o médico fica autorizado a exercer a medicina, devendo esse número acompanhar o nome do profissional em seus documentos e divulgações que venha a realizar, pois é o atestado de que pode ser médico, sem incorrer no exercício ilegal da profissão.

Com o número do CRM, o médico pode realizar qualquer ato, contudo, com o avanço da medicina, este profissional não tem um amparo legal sem a experiência necessária para atos particulares de uma das inúmeras especialidades médicas, colocando em risco a segurança do paciente e capaz de cometer o que se chama de imprudência.

Para acompanhar o avanço das especialidades, existem os cursos de especialização, na sua grande maioria sob o comando da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Esses possuem cargas horárias definidas e uma Matriz de Competência aprovada na CNRM para cada uma das 54 especialidades médicas registradas no Conselho Federal de Medicina (CFM).

Em 2020, 61,3% dos médicos possuíam um ou mais Títulos de Especialista, contra 38,7% que não apresentavam qualquer especialidade. Esses números são importantes visto que existem no Brasil 293.064 médicos especialistas e 184.946 médicos generalistas, com uma proporção de 1,58 especialista para cada generalista.

E como atestar esses especialistas?

Em 1976, a Resolução nº 734, de 17 de setembro de 1976, instituiu o Registro de Qualificação de Especialista (RQE), o qual mostra que o médico além de ter sua graduação em Medicina, também é especialista em uma área.

Para ter acesso ao RQE, o médico deve terminar seu Programa de Residência Médica ou ter um Título de Especialista emitido conjuntamente pela Associação/Sociedade de especialidade e a Associação Médica Brasileira (AMB), após um concurso de provas, muitas vezes teóricas e práticas. Assim sendo, independentemente se o médico fizer um Programa de Residência Médica ou prestar um concurso da especialidade, com o RQE ele evidencia que é um especialista experiente para sua atuação, ou seja, tem uma proteção legal. É obrigatória sua apresentação quando o médico se anunciar especialista em determinada área da Medicina.

Com isso, o médico:

- Aumenta a segurança profissional.
- Permite evolução na sua carreira médica.
- Permite a oportunidade de melhores salários.

Outro assunto importante relacionado ao RQE é a publicidade médica, visto ser o *marketing* médico imprescindível para construir uma marca consolidada no mercado. Para isto, o CFM estabeleceu as seguintes normas:

- Lei nº 4.113/19 proíbe que os médicos divulguem mais de duas especialidades, mesmo que eles tenham diversas RQEs.

- Com o RQE, o profissional pode divulgar ser especialista em uma área da medicina, como "neurologista" ou "especialista em neurologia".

- É permitido dizer que pertence a uma sociedade.

- O médico também pode descrever quais treinamentos e cursos realizou ao longo da carreira.

Concluindo, para trabalhar como especialista, o médico deve ter seu registro no CRM e também obter o RQE.

Eric Pinheiro de Andrade